

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA  
NO DIA VINTE E OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DOZE**

-----Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do Presidente da Mesa – Laurentino Dias, o Primeiro Secretário – Raul Cunha, e da Segunda Secretária – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

Em conformidade com o deliberado na sessão de Junho, os membros que integraram o projeto “Flauta Partida” fizeram a apresentação da deslocação humanitária que efetuaram a Moçambique, e prestaram os respetivos agradecimentos.-----

-----Terminada a apresentação, pelo Presidente da Mesa, foram anunciados os seguintes pedidos: de substituição, para o dia vinte e oito, Maria Leonor Pereira Oliveira Castro, eleita pela CDU; *pele período de 20 dias*, Isabel Maria Oliveira Gonçalves, Carlos Manuel Pereira Bastos Salgado Santos, João Pedro Marques e Castro, Carlos José Santos Cunha e Alexandra Pereira Gonçalves, todos eleitos pelo Partido Socialista (PS); *de vinte e cinco de Setembro a quatro de Outubro*, Artur Filipe Brandão Campos Antunes Aguiar e Maria Manuel Castro Costa Oliveira, *de vinte e sete de setembro a vinte de Outubro*, Simão Cunha Ribeiro de Freitas, todos eleitos pelo Grupo “Independentes Por Fafe” (IPF); *de vinte e seis de setembro a um de outubro*, Olinda Joaquina Teixeira Alves, eleita pelo PS; *pele período de oito dias*, Cíntia Raquel Antunes Costa, do Partido Popular. Pediram a suspensão: por um *período de trinta dias*, Albino da Silva e Sousa e José Augusto Pereira Rodrigues, do PSD; por um *período de sessenta dias* Luís Duarte Azevedo Lopes Costa Leite e Alexandra Carina Fernandes Vaz Nogueira, dos IPF. Colocados a votação, foram aprovados por unanimidade. Solicitaram, ainda, a substituição pelos respetivos Secretários, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Antime, Pedraído e Silvaes S. Martinho e, pela Tesoureira, o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos. -----

-----Apresentou a renúncia do mandato Vidal Manuel da Costa e Sousa, do PSD. -----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de sessenta e cinco Membros. -----

-----Posteriormente, pelo **Presidente da Mesa** foi lido o expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros da Assembleia Municipal para que, querendo, o consultassem. -----

----- Fez, ainda, o ponto de situação do trabalho que estava a ser efetuado pela Comissão Eventual criada para elaborar a proposta de pronúncia no âmbito da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica para apreciação da Assembleia Municipal. Informou, ainda, sobre a intenção de marcar, para o dia doze de Outubro, uma sessão extraordinária para discussão e deliberação sobre essa matéria explicando os moldes em que iria ser efetuada a convocatória.-----

-----De seguida, comunicou à Assembleia Municipal a existência de quatro propostas que iriam ser colocadas a discussão. Nesses termos, deu a palavra ao **Primeiro Secretário** que procedeu à leitura da primeira proposta, apresentada pelo Grupo do CDS-PP, relativa a um Voto de Congratulação pela manutenção em pleno funcionamento do Lar da Criança de Revelhe. Não havendo intervenções, foi colocada a **votação, sendo aprovada, por unanimidade.**-----

-----Posteriormente, ainda pelo **Primeiro Secretário** foi lida a segunda proposta, também apresentada pelo Grupo CDS-PP, a propor ao Executivo Camarário que, no orçamento de dois mil e treze, fixasse a Taxa Mínima do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios avaliados.-----

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para referenciar que era uma proposta extemporânea uma vez que ainda não estava em discussão o Orçamento de dois mil e treze, afirmando que não estavam contra a proposta, no entanto não era o momento.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para esclarecer que a proposta seria para vigorar desde que a Câmara estivesse em condições para tal, salientando que uma descida desse imposto era boa.-----

-----Tomou o **Presidente da Mesa** para, no seguimento da intervenção do proponente, sugerir uma alteração do texto, com respetiva autorização dos proponentes, concretamente “...propõe que a Assembleia Municipal delibere no

*sentido de recomendar ao Executivo Camarário que no Orçamento para dois mil e treze seja fixada uma taxa de IMI inferior à atual para os prédios.” -----*

-----Tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha** para mencionar que com a alteração proposta o sentido de voto do PS seria de abstenção.-----

Não havendo mais intervenções, foi colocada a proposta, com a respetiva alteração, a votação, **sendo aprovada, por maioria.**-----

-----Seguidamente, o **Primeiro Secretário** passou à leitura da terceira proposta, também apresentada pelo CDS-PP, relativa à formação de uma representação para ser recebida pelo Senhor Ministro da Saúde, acompanhando o Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Ribeiro, que deveria também incluir o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Deputado, Dr. Laurentino de Castro Dias, a Senhora Deputada, Dr.<sup>a</sup> Clara Marques Mendes, parlamentares fafenses, e o Senhor Deputado Eng.<sup>o</sup> Altino Bessa, que apresentou na Assembleia da República um requerimento dirigido ao Senhor Ministro da Saúde sobre o assunto, conforme fotocópia anexa à proposta apresentada, propondo, ainda que fosse efetuado o pedido da respetiva audiência pela via oficial.-----

-----Colocada a discussão, usou da palavra o primeiro proponente, **José Ribeiro Cardoso**, afirmando que, apesar do assunto ter sido várias vezes debatido, iriam lutar pela manutenção da urgência básica. Mencionou, ainda, que, atendendo à dúvida existente sobre a sua manutenção, era sua opinião que deveriam reforçar a luta pelas urgências em Fafe através da presente proposta. Afirmou que a representação poderia ser outra que fosse sugerida.---  
Salientou a sua pretensão no sentido de que a Assembleia deveria ser forte e que, em solidariedade com o Presidente da Câmara, deveriam lutar pela defesa da sua manutenção.-----

----- Seguidamente, tomou a palavra **José Augusto de Sousa**, do PSD, para afirmar que concordavam com a proposta e iam ser solidários, apesar de serem da opinião que, atendendo às informações que o Senhor Presidente da Câmara tinha fornecido sobre o assunto, poderiam estar descansados sobre o assunto e acreditar na manutenção das urgências.-----

-----Seguidamente, interveio **Américo Castro**, da CDU, para demonstrar a sua surpresa com a apresentação da presente proposta, lembrando a proposta apresentada pela CDU, na sessão de Dezembro de dois mil e onze,

sobre a criação de uma comissão para dar força para a manutenção das urgências, que foi rejeitada pelo CDS-PP que manifestaram, à data, a confiança no Senhor Presidente da Câmara.-----

Afirmou, ainda, que também não poderia votar uma proposta para a criação de um grupo com elementos externos à Assembleia Municipal.-----

-----Posteriormente, usou da palavra **Raul Rebelo Cunha, do PS**, para relembrar o conteúdo do protocolo celebrado com o Ministério da Saúde, aquando da reorganização levada a cabo pelo anterior Governo, sobre a integração do Hospital de Fafe e Guimarães no Centro Hospitalar do Alto Ave. Reportando-se às últimas notícias sobre o incumprimento do protocolo salientou que o que tinha sido protocolado deveria ser cumprido. Afirmou, ainda, que o PS estava disponível para colaborar, salientando, no entanto, que uma comissão da assembleia municipal deveria integrar apenas membros da Assembleia Municipal.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, para afirmar que concordavam com todas as ações que contribuíssem para a manutenção das urgências do Hospital de Fafe, no entanto, não era correto votarem na constituição de uma comissão indicando pessoas que não eram Membros da Assembleia Municipal, nem sequer estavam presentes.-----

Concordou com as afirmações de Raul Rebelo Cunha sobre o facto da Comissão, a ser criada, deveria ser por Membros que integram a Assembleia Municipal, sem prejuízo dos deputados fafenses eleitos para a Assembleia da República, que assim o pretendessem os acompanhassem, ou mesmo, pessoas que tenham tido intervenção sobre o assunto.-----

Afirmou que, nos termos em que a proposta estava feita, lhes deixava pouca margem para concordarem em absoluto com ela, mesmo concordando com o princípio.-----

-----Usou da palavra **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para referir que tinha proposto a criação de uma representação e não de uma comissão.-----

Afirmou que ficava feliz por não haver “grandes ondas “ com o sumo da proposta. Reafirmou que a redação da proposta poderia ser outra, assim como a constituição da representação. Mencionou que o essencial era a finalidade da proposta.-----

Afirmou que propunham a integração de dois Deputados de Fafe no sentido de reforçar a luta. Concordou também com o proposto por Miguel Summavielle no sentido de convidar outros elementos *à posteriori*. Mencionou, ainda, que se todos os Grupos concordassem poderiam fazer um novo texto que seria apresentado na próxima sessão.-----

-----Nesses termos, o **Presidente da Mesa** questionou o primeiro proponente se concordava que a votação ficasse adiada para a sessão seguinte com um novo texto, onde constaria a proposta de criação de uma delegação da Assembleia Municipal, presidida pelo seu Presidente, composta por um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal, acrescentando-se que a Assembleia Municipal convidaria um deputado de cada Grupo Parlamentar do distrito de Braga com assento na Assembleia da República para acompanhar essa delegação.-----

Tendo a Assembleia Municipal concordado com o proposto, passou-se para a **última proposta**, apresentada por Miguel Summavielle, dos IPF, de Voto de Recomendação para que o Executivo Municipal adotasse, ainda no presente mandato, as seguintes diretivas: -----

*“...Instituir que as decisões de investimento que ultrapassem o limite do mandato autárquico, apenas podem ser tomas por uma maioria de dois terços dos membros do executivo;-----*

*Instituir a divulgação anual das declarações de rendimentos dos membros do executivo e dos chefes de departamento;-----*

*Instituir a divulgação, na página da internet do Município, os objetivos para o mandato autárquico, permitindo à população acompanhar o desempenho;-----*

*Instituir a publicitação das contas simplificadas da autarquia, das empresas municipais e das empresas participadas, para que a população saiba onde está a ser gasto o dinheiro dos seus impostos;-----*

*Tornar acessível aos Municípios o andamento de todos os processos administrativos de responsabilidade municipal, bem assim como dos prazos legais para as respetivas tomadas de decisões.”-----*

-----Colocada a discussão, tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, afirmando que o texto descrevia com clareza o que pretendiam, reconhecendo que algumas das sugestões apontadas seriam, em algumas circunstâncias, de exequibilidade difícil. Afirmou que a motivação da proposta era procurar fazer a diferença.-----

Afirmou que, perante o clima de desconfiança existente perante as instituições e os próprios políticos, o que estavam a propor ia no sentido de clarificar um conjunto de situações e aproximar os cidadãos do executivo, naquilo que lhes era dado intervir.-----

Salientou que o documento era uma proposta de recomendação e, nesse sentido, o município decidiria o que fazer.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Américo Castro**, da CDU, para tecer comentários sobre a proposta e sua exequibilidade e legalidade. Terminou a sua intervenção afirmando que iria votar contra.-----

-----De seguida, usou da palavra **José Augusto de Sousa**, do PSD, para questionar o enquadramento legal sobre o proposto, salientando, no entanto, a importância de reflexão da matéria em causa.-----

Sugeriu o adiamento da votação para a sessão seguinte, tendo em conta que deveriam refletir sobre o proposto, reafirmando que não fazia sentido aprovar uma proposta que não fosse exequível.-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Mesa** para se pronunciar sobre as dúvidas relativas à legalidade da proposta, afirmando que se não fosse legal não a teria colocado a discussão e votação. Salientou, ainda que era uma proposta de recomendação. Quanto aos parâmetros de deliberação, quer na Câmara quer na Assembleia, estavam fixadas na lei. Terminou afirmando que o que estava em causa não era a legalidade da proposta, mas a viabilidade prática.-----

-----Seguidamente, tomou a palavra **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para afirmar que PS iria votar contra a proposta e que esta pretendia introduzir artificialismo na tomada de decisão.-----

-----Posteriormente interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, concordar que a proposta em termos de princípios era bem-vinda. Atendendo às posições manifestadas pelos restantes Grupos, sugeriu ao proponente que a proposta fosse distribuída por todos os Membros para que refletissem bem e fosse enviada uma cópia à própria Câmara e posteriormente analisariam com o mesmo texto ou outro sobre a viabilidade prática do proposto.-----

-----De seguida tomou a palavra **Miguel Summavielle**, dos IPF, para afirmar que com o enquadramento da proposta pretendiam dar o exemplo

daquilo que era o tradicional, não procurando esmiuçar um conjunto de coisas fundamentais e princípios básicos.-----

Sublinhou que a questão da decisão por dois terços não passava de uma recomendação.-----

Terminou afirmando que o documento não carecia de grande reflexão. Era um documento extenso mas não era denso. Agradecendo as sugestões e não querendo que considerassem que não as tinham ponderado afirmou que votariam “orgulhosamente sós” a presente proposta.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi **colocada a votação, sendo rejeitada, por maioria.**-----

-----Seguidamente, passou-se ao período de intervenções.-----

-----Iniciou **Miguel Summavielle**, dos IPF, perguntou, se havia novidade sobre o requerimento relativo à deliberação aprovada pela Assembleia de Freguesia de Fafe.-----

Questionou, também, o Presidente da Câmara sobre o motivo da divisão do concurso para intervenção na pista cicloturismo, uma vez que se tratava de uma obra de montante reduzido, questionando, também, para quando estava previsto o início e conclusão da sua eletrificação e se apenas iria ficar por Cepães, conforme estava projetado, se não podia ser levada ao limite do concelho.-----

Perguntou se tinha havido algum contacto com o Município de Guimarães no sentido de uniformizar a pista entre os dois concelhos.-----

Na sequência da intervenção de Filipe Antunes dos IPF na última sessão, sobre o abate de árvores no parque Porto Seguro e respetiva resposta do Senhor Presidente da Câmara, afirmou que não tinham sido apenas eucaliptos e que a intervenção era mais no sentido de corte raso e não de gestão correta do espaço. Sugeriu a possibilidade de se fazer plantação de espécies de crescimento lento sobre as linhas de alta tensão, afirmando que isso deveria ser proposto à EDP, dona da linha existente no local.-----

Sobre a Urbanização José Saramago, perguntou se havia habitações vendidas e quantas; genericamente qual o preço de venda e se havia processos de venda em curso.-----

Questionou também sobre ponto de situação do assunto retirado da agenda da sessão de Abril, concretamente sobre a proposta de aquisição de terrenos à Cofafe.-----

Sugeriu a colocação de um sinal de “via sem saída” que faltava na Rua Fernando Pessoa e um espelho no cruzamento da Praça Mártires do Fascismo e Rua de Sá, para facilitar o trânsito.-----

Terminou a sua intervenção, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento da existência de uma saída de saneamento de uma estação de contenção na ponte do Soeiro diretamente para o rio e o que iria fazer sobre o assunto.-----

-----De seguida, tomou a palavra **Américo Castro**, da CDU, para alertar para a existência de guias muito altas nas baías de estacionamento no Parque de estacionamento José Florêncio, na parte de estacionamento pago que não permitiam a abertura das portas dos veículos sem as danificar.-----

Terminou, alertando para a existência de um terreno com vegetação e silvas que já ocupavam os passeios da via pública na Rua de Itália, sentido Avenida das Forças Armadas.-----

-----Posteriormente, interveio **José Ribeiro Cardoso**, do CDS-PP, para questionar sobre o resultado da pronúncia dos cidadãos relativamente ao Monumento da Justiça de Fafe.-----

Terminou, alertando para algumas situações de insegurança em Fafe, e nessa sequência perguntou sobre o ponto de situação da construção do quartel da GNR, afirmando que com esse equipamento e o respetivo reforço de agentes trariam mais vigilância e mais segurança para o concelho.-----

-----De seguida, interveio **Arlindo Gil** para alertar para a Rua da Portela, em Arões S. Romão, que era demasiado íngreme e dificultava a circulação dos veículos normais e essencialmente os veículos de emergência que lá se deslocavam.-----

-----Posteriormente interveio **Pedro Sousa**, do PSD, que começou por comparar o valor das senhas de presença dos Membros da Assembleia Municipal versus aquilo que por eles era produzido naquele órgão, constatando que os Membros presentes não contribuíam muito para a discussão dos diversos pontos em análise, apelando à participação cívica dos Membros, salientando que tinha sido para isso que foram eleitos.-----

Sobre as observações apontadas pelos Membros mais ativos salientou a preferência destes pela cidade e seu espaço em detrimento das freguesias, questionando se isso significava que estava tudo bem nas freguesias e se os Presidentes de Junta estavam todos contentes e satisfeitos. Manifestou as suas dúvidas e afirmou que na sua freguesia existia muita falta de recursos, prometidos na Assembleia, concretamente a estrada do Saibro e Praia Fluvial. Mencionou, ainda, que com a entrada do executivo socialista na sua freguesia desapareceram alguns recursos que existiam e outros foram taxados excessivamente.-----

Terminou denunciando algumas situações que apelidou de “destruição de património” e questionando sobre os responsáveis pela intervenção no desmantelamento da escola Feira Velha e posterior alienação do património a particulares; pela intervenção na ponte românica das Romãs, Rua de Pardelhas, onde construíram uma ponte sobre outra existente com história; pelo restauro da ponte de S. Gidos, onde foi colocada pedra azul sobre pedra velha; sobre a necessidade de derrubar o moinho.-----

Terminou a sua intervenção sugerindo que a atribuição da administração dos espaços das escolas deveria ser efetuada a quem apresentasse os melhores projetos de dinamização, que poderiam ser por um ano com avaliação no final, justificando que dessa forma a comunidade fafense ficaria a ganhar e a Câmara conseguia ter o retorno que o Vereador da Cultura referenciava no artigo do semanário local publicado no dia da sessão.-----

-----De seguida, usou da palavra **Alexandre Peixoto**, dos IPF, para salientar a importância que a passagem da Volta a Portugal em bicicleta tinha para o concelho, criticando, no entanto, o local escolhido para a meta. Afirmou que, a proximidade ao quartel dos Bombeiros podia dificultar a saída dos veículos de emergência, propondo que se encontrasse outro local que não colocasse em perigo os atletas e os fafenses.-----

-----Posteriormente usou da palavra **Cristina Pinho de Sousa**, dos IPF, para criticar os sons de verão que diariamente e ininterruptamente tocavam nas ruas do centro da cidade e dificultavam o sossego de quem vivia no centro da cidade.-----

-----Seguidamente, interveio **Raul Rebelo Cunha**, do PS, para tecer comentários políticos e reportando-se à proposta do CDS-PP sobre o IMI,

referiu que aquilo que o Governo, do qual fazia parte o CDS-PP, estava a fazer em matéria de impostos não se coadunava com o proposto por aquele grupo.---

-----De seguida, tomou a palavra **José Augusto Sousa**, do PSD, para lembrar a Raul Rebelo Cunha que quem tinha chamado a TROIKA tinha sido o PS e, na sequência disso, é que o País estava a atravessar os momentos difíceis.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para prestar os esclarecimentos solicitados:-----

- sobre a pista de cicloturismo, afirmou que a divisão da empreitada se devia à natureza dos trabalhos que eram absolutamente diferentes. Informou que a iluminação iria até à extrema de Cepães. Lamentou que os trabalhos tenham iniciado mais tarde do que gostaria, mas esperava que a sua conclusão se verificasse até final do ano.-----

Informou que tinham efetuado alguns contactos com o Município de Guimarães no sentido de se fazer um projeto único/uniforme e, naturalmente, repartindo os custos no território de cada um, no entanto aquele Município não manifestou interesse na proposta.-----

- Tomou nota relativamente a Porto Seguro, afirmando que efetivamente não tinham sido apenas eucaliptos confirmando que os trabalhos foram executados a pedido da EDP. Mencionou que havia espécies que se adequariam e iriam ser plantadas no espaço que se abateu.-----

- Quanto à habitação a custos controlados, esclareceu que estavam na fase de vistoria da urbanização quer das infraestruturas quer dos edifícios. Informou que estava agendada uma reunião com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) na procura de soluções para a urbanização, atendendo à dificuldade na venda de habitações provocada pelo período de dificuldades económico-financeiras que o País atravessava. Fez o ponto de situação do processo de concurso para a venda das habitações, mencionando que a generalidade dos casais interessados aquando do concurso para a aquisição daquelas habitações desistiu.-----

Afirmou, ainda, que estavam à procura de soluções para a ocupação dos quarenta fogos.-----

- Sobre os terrenos da Cofafe, informou que o assunto não tinha regressado à Assembleia Municipal porque o proprietário ainda não tinha apresentado o registo atualizado.-----
- Relativamente à questão do saneamento a verter para o rio, mencionou que desconhecia, informando que a estação elevatória ainda estava a funcionar e que até final do ano seria desativada. Afirmou, contudo, que iriam verificar para por cobro à situação relatada.-----
- Anotou as observações de Américo Castro, mencionando que iria verificar.-----
- Quanto ao resultado da audição pública sobre o monumento à Justiça de Fafe e sobre o Parque da Cidade afirmou que estava na posse do relatório e que iria ser remetido à próxima reunião do Executivo.-----
- Relativamente à segurança e crime em Fafe mencionou que, segundo os dados da GNR, estatisticamente tinha diminuído. -----
- Concordou que o quartel iria ajudar numa maior vigilância e maior segurança, informando que o processo se encontrava na fase de análise de propostas. ----
- Informou, ainda, que o visto do Tribunal de Contas das obras do arquivo já tinha chegado e que as obras iriam iniciar brevemente.-----
- Sobre a Rua da Portela, mencionou que já tinha verificado a situação com a Presidente de Junta de Arões S. Romão, no entanto estavam com dificuldades com o particular para a solução do problema. Afirmou que a Senhora Presidente da Junta estava a tentar resolver o problema, no entanto dependiam da vontade do particular.-----
- No que concernia à prova “Volta a Portugal em Bicicleta”, mencionou que era da opinião que o local escolhido para a meta tinha resultado bem, mencionando, no entanto que poderia voltar para a Praça Vinte e Cinco de Abril. Afirmou que os problemas colocados por Daniel Peixoto não se colocavam uma vez que foram criado corredores de segurança para a saída dos veículos de emergência.-----
- Quanto à animação e barulho de verão mencionou que a animação era necessária no centro da cidade. Reconheceu, no entanto, a existência de algum descontrolo no som, ao qual iria estar atento.-----
- Não havendo mais intervenções, entrou-se no período da Ordem do Dia
- **Ponto Dois Ponto Um: *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.***-----

-----Tomou a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para prestar uma informação complementar aos Membros da Assembleia Municipal no sentido de que nesse mesmo dia o Município de Fafe registava dívida zero e que a partir dessa data o Município de Fafe não tinha qualquer dívida com os seus fornecedores.-----

Não havendo mais intervenções, passou-se ao **Ponto Dois Ponto Dois – Apreciação e votação da proposta da Câmara sobre a geminação do Município de Fafe com o Município de Sens – França.**-----

-----Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para explicar o processo da geminação.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado a **votação, sendo aprovada, por unanimidade.**-----

-----Terminada a ordem de trabalhos, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público. -----

-----Tomou a palavra **José Manuel Salgado Santos** para tecer alguns comentários sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, afirmando que era um assunto que dizia respeito a todos os cidadãos fafenses, e que deveria ser dada oportunidade de todos fazerem parte dessa discussão. Salientou a importância do debate sobre o assunto, alargando-o à população.

-----Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Mesa** perguntou se alguém pretendia fazer alguma observação ou alteração à ata da sessão anterior. Não havendo, **foi colocada a votação, sendo aprovada, por unanimidade.** -----

-----Posteriormente, pela Segunda Secretária, foi lida a minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta minutos. -----

-----E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco barra A dois mil e dois de onze de janeiro, será assinada pelos Membros da Mesa.---